

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

Edição Especial SETA 2015

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO AO ACESSO ÀS MÍDIAS DIGITAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E DOS CONTEXTOS POPULARES

IRENILDA DE SOUZA LIMA¹

PAULO DE JESUS²

JOSÉ RICARDO DOS SANTOS³

FILIPE LIMA SILVA⁴

MARIA APARECIDA TENÓRIO SALVADOR DA COSTA⁵

Resumo: Neste artigo trazemos um estudo teórico sobre as demandas atuais de acesso às mídias digitais que se constituem em um instrumento para difusão de conhecimento. Analisamos alguns aspectos da utilização crítica e comprometida da mídia digital. Consideramos que os usos das novas tecnologias da comunicação e da informação por meio das mídias digitais são imprescindíveis para as formas contemporâneas de difusão de conhecimento. Desta forma, os objetivos estão postos para compreendermos a presença da cultura digital nos sistemas educacionais reforçando as novas formas de aprender, ensinar e conduzir a gestão escolar. Na educação científica verificamos a importância das publicações eletrônicas na internet, enquanto que na educação popular analisamos pessoas, grupos sociais e movimentos sociais que acessam as redes para efetivar direitos e reivindicações.

Palavras-chaves: Mídia digital; Difusão de conhecimento; Cultura digital.

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE (Recife/Pernambuco/Brasil). E-mail: irenilima2@gmail.com

² Doutor em Ciências da Educação pela Université de Paris VIII (1992). Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE (Recife/Pernambuco/Brasil).

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE. Analista de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Pernambuco. (Recife/Pernambuco/Brasil).

⁴ Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - UFRPE.

⁵ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Abstract: In this article we bring theoretical study of the contemporary demands for access to digital media for dissemination of knowledge and analyze aspects of critical and committed use of certain forms of digital media. We consider the use of new technologies of communication and information through digital media are essential to contemporary forms of knowledge dissemination. Thus, the goals are set to understand the presence of digital culture in educational systems strengthening new ways of learning, teaching and driving school management. In science education we see the importance of electronic publications on the Internet, while in popular education we analyze people, social groups and social movements that access networks to carry out rights and claims.

Key words: Digital media; Dissemination of knowledge; Digital culture.

Introdução

Há uma concordância geral de que vivemos um momento da sociedade impregnada do universo digital e imagético. O acesso aos recursos da tecnologia da comunicação e da informação tem desafiado as sociedades consideradas democráticas, visto que esses equipamentos, que concretizam o acesso à informação e ao conhecimento em várias modalidades, na maioria das vezes, estão longe do poder aquisitivo dos cidadãos comuns. A educação e a ciência estão, geralmente, atreladas ao mundo eletrônico e digital.

Concretiza-se a cultura digital em várias profissões e modificam formas históricas de preparar e executar tarefas que pareciam ser consolidadas historicamente. No caso do exercício médico, por exemplo, já é bem comum que as prescrições de medicamentos sejam feitas diretamente do seu computador. Outro profissional que teve seu desempenho e suas formas de trabalhar modificadas foi o professor, que utiliza vários equipamentos para dinamizar suas aulas. Na educação presenciamos que cultura digital e escola estão associadas à pesquisa e a formação de professores como afirma Fantin e Rivotella (2012).

Sobre a cultura digital na perspectiva da educação científica encontramos em Sabbatini (2005) que as publicações científicas estão cada vez mais sendo universalmente utilizadas através de publicações eletrônicas na internet. No caso da educação popular no contexto dos movimentos sociais contemporâneos também se observa utilização de meios digitais e das redes sociais atreladas a estes instrumentos para mobilização e proposições políticas de interesses dos coletivos. Não podemos deixar de fora o fato de que as pessoas se comunicam constantemente pelos recursos tecnológicos ligados a aparelhos do tipo *smartphones*.

Desta forma, é pertinente pensarmos como Edgar Morin (2004) que a convivência com essas questões está no âmbito da complexidade. No entanto, realça o autor que as bases da teoria da complexidade não poderão ser usadas como remédio geral para explicar ou resolver todos os males de uma sociedade que requer um constante repensar da reforma do pensamento.

Partindo destas observações, este texto teve a pretensão de juntar elementos teóricos para analisarmos de que forma a mídia digital e o uso das novas tecnologias da comunicação e da informação estão presentes nas várias formas de difusão de conhecimento. Os objetivos estavam postos na direção de compreendermos a presença da cultura digital nos sistemas educacionais, na educação científica e na educação popular no que se referem às pessoas, aos grupos sociais e aos movimentos sociais que acessam as redes para fazerem valer direitos e reivindicações.

Desenvolvimento

A presente pesquisa tem o caráter teórico e é oriunda de inserções metodológicas desenvolvidas no mestrado do Programa de Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) associados aos grupos de pesquisas e conteúdos das disciplinas, tais como: Extensão Rural; Comunicação Científica para o Desenvolvimento Local; Metodologia da Pesquisa em Extensão Rural; e Metodologia do Ensino Superior.

Dentre as pesquisas propostas, surgiu o interesse pela análise da cultura digital presente no mundo da educação em vários níveis, bem como a demanda por formação inicial e continuada de pessoal qualificado para utilização crítica e contextualizada dos equipamentos e das mídias atreladas a estes. Observa-se ainda que o uso de novas ferramentas didáticas e metodológicas demanda formação, preparação e competência de quem vai utiliza-las, mostrando que o sistema educacional, em seus mais variados níveis, está em mudança.

Ao associarmos a cultura digital ao uso do computador encontramos em Vianna e Araújo (2004) que as mídias digitais não são o ponto de partida, mas

fornecem elementos para traçarmos a estrada, uma vez que os professores incorporam às suas práticas pedagógicas o uso dessas novas ferramentas de trabalho.

Cada vez mais fica evidente que o professor não será substituído pela máquina, pois não é a tecnologia o fato de ruptura da relação humana entre professor e aluno. Mas será com essa nova tecnologia que ele poderá mudar o ritmo da aprendizagem, articulando suas diferentes formas e as informações que chegam por meio dela constantemente. Ele poderá romper com a metodologia tradicional utilizada. É mais uma tarefa para esse profissional, que deverá adicionada a carga de trabalho. É um novo momento para o educador, que estabelece estratégias, cria e entende novas linguagens, fortalece novas relações. (VIANNA e ARAÚJO, 2004, p. 139).

As formas de acesso e utilização das mídias aplicadas no âmbito da difusão de conhecimento tem o papel de prestar serviço aos sujeitos sociais, através de uma lógica educacional que visa à produção e divulgação do conhecimento em uma sociedade considerada pós-moderna, na qual caminha-se para enfatizar a transdisciplinaridade e as mudanças de educação e de escolaridade. Neste aspecto Libâneo (2005, p. 44-45) chama a atenção para educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade.

A ideia de sociedade do conhecimento está ligada à de intelectualização do processo produtivo. Os profissionais necessitariam de um alto grau de desenvolvimento das capacidades intelectuais: abstração, rapidez de raciocínio, visão global do processo de trabalho. Algumas propostas de educação influenciadas pelo impacto das tecnologias da informação e da comunicação teriam como objetivos desenvolver competências cognitivas e operacionais com a utilização de computadores.

Esta sociedade que exige intelectualidade nos desempenhos profissionais ainda não resolveu problemas inerentes à sociedade dividida em classes. O anúncio da necessidade, *a priori*, de um mergulho constante no universo dos computadores e da mídia digital, vem junto da constatação de que os menos privilegiados ficam, predominantemente, sem os recursos materiais para acessar os equipamentos adequados para sua inclusão digital.

A importância da inclusão digital está no fato de permitir o acesso de todos, inclusive da população de baixa renda, uma vez que até às políticas públicas, contemporaneamente, são disponibilizadas por meio de inscrições e acessos às plataformas digitais. Aos estudantes e aos que buscam o conhecimento atualizado,

a cultura digital nas instâncias de aquisição de conhecimento coloca-se como condição sem a qual não será possível o resultado exitoso de seu projeto formativo.

O direito de acesso às mídias digitais vem atrelado à possibilidade de comunicação e da informação e essa é uma condição para a inclusão social. A inserção social está muitas vezes prejudicada pela relação das condições materiais em comparação às formas educativas que contemplam novas formas de ensinar e de aprender. A população acaba dividindo-se entre os que tem acesso às mídias digitais e os que se encontram com precárias possibilidades de acessos a bens e a serviços, atualmente, só acessados eletronicamente e isso acontece por grande parte da população, incluindo neste grupo segmentos pauperizados das camadas populares que habitam nas periferias e nos contextos rurais como as comunidades tradicionais.

Não é suficiente garantir apenas a inclusão digital, deve-se também garantir o acesso aos resultados da produção do campo científico e das sociedades científicas. Nos centros acadêmicos, universitários e nas comunidades científicas de forma geral, a construção e a divulgação do conhecimento científico é atrelada às formas de publicação, e neste aspecto são evidenciadas a importância das revistas científicas que cada vez mais adotam uma versão virtual para publicação e uso de suas fontes.

Anteriormente, reportávamos às revistas científicas como fenômenos e atualmente nos referimos a elas com o reconhecimento de sua contemporaneidade como veículo importante de divulgação e circulação sem fronteiras da produção científica. Neste sentido corrobora Sabbatini (2005, p. 276):

Em um campo como o das publicações eletrônicas. No qual as mudanças acontecem não somente de forma muito rápida, mas onde a própria velocidade de câmbio aumenta em função dos desenvolvimentos tecnológicos precedentes, a tarefa de estabelecer um estado da arte é no mínimo arriscada, em função de um possível estado absoluta das informações apresentadas.

A forma como a sociedade contemporânea está organizada revela os valores pertinentes ao modelo de desenvolvimento com ênfase em sucessivas reconversões e relativismos direcionados principalmente a valorização do ter em detrimento do ser. Assim, a informação não é acessada plenamente e por todas as pessoas, como sendo o acesso à informação o pleno exercício de um direito humano.

Mesmo com dificuldades de acesso por não portarem, muitas vezes, equipamento e ou terem acesso à internet, verificamos que os atores das comunidades menos privilegiadas materialmente, inclusive comunidade tradicionais (e neste grupo estão os agricultores familiares), precisam desta conexão com o mundo digital porque esse acesso é carregado de possibilidades de interações sociais e coletivas importantes para melhorarem suas condições materiais de vida, pois, quando se associam, quando se reúnem ou compõem redes, formais ou informais, presenciais ou virtuais, podem promover o desenvolvimento local que para De Jesus (2003, p. 72):

Trata-se de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos local.

Consideramos que esses segmentos terão melhores oportunidades de concretizarem um projeto de desenvolvimento local se estiverem conectados a redes sociais e ao mundo da *web* e do digital, afinal, estamos aprendendo a viver com as novas formas de acesso a comunicação em tempo real sem tempo de refleti-las pela velocidade com que são criadas.

Sendo assim, a aquisição de conhecimento e oportunidade de interação de grupos e de pessoas, para Oliveira (2015, p.73), pode ser associado ao fato de que as novas formas de aquisição de conhecimentos geram também novas formas de exercício de cidadania e traz esses aspectos para os contextos educacionais:

Deve-se não somente levar em consideração esses mecanismos fenomenais de construção e distribuição de conhecimento, ou mesmo de artefatos culturais que possibilitem não só a vivência participativa no mundo, mas também na profunda reflexão, tanto nos processos de aprendizagem como na forma que se pensa a educação nos preâmbulos destas conexões ciborguianas.

As tecnologias da comunicação estão presentes em todos os setores da sociedade e, neste caso, como conduzir e conquistar o direito a ter acesso à informação e ao conhecimento que pressupõe acesso à comunicação de forma mais democrática e dinâmica.

Observamos que apesar da formação das redes, que facilitam a vida nos grupos organizados, no coletivo das instituições formais ou para os movimentos sociais contemporâneos, há também o desenvolvimento de vínculos informais resultantes de processos comunicacionais facilitados pelo acesso ao mundo digital, assim, a informação circula mais facilmente. Há a possibilidade de construção de parcerias e do inter-relacionamento entre as pessoas, terminando em uma dinâmica social complexa que vem das negociações que brotam dentro das próprias redes, mas que também prosperam para outras formas de conquistas sociais importantes.

O sistema formal de comunicação de uma organização – o conjunto de canais e meios de comunicação estabelecidos de forma consciente e deliberada – é suplementado, no decorrer de pouco tempo, por uma rede informal de comunicações igualmente importante, que se baseia nas relações sociais intra-organizativas e é uma forma mais rápida de atender a demandas mais urgentes e instáveis (KUNCH, 1986, p. 32-33).

Consideramos que o acesso à comunicação através das mídias digitais está cada vez mais espalhado pelo mundo. Em recente viagem a um país africano com condições de pobreza aguçadas verificamos o grande número de consumo e também o desejo latente das pessoas em adquirirem e acessarem os equipamentos telefônicos que os conectavam uns aos outros e com os outros recantos do mundo. Reconhecemos que esses equipamentos exercem certo fascínio sobre todos nós.

Provavelmente, a utilização cada vez mais frequente e massificadamente dos meios eletrônicos, digitais e das tecnologias de comunicação audiovisual transforma, de maneira radical, as práticas de leitura e escrita da atualidade em outras formas de ser e estar no mundo, mas não extingue outras práticas, pois convivem harmoniosamente.

A questão para pensarmos é que o futuro chegou de uma forma diferente, uma vez que vivemos alguns aspectos da nossa ancestralidade. Debray (1993), reportando-se a sociedade contemporânea mergulhada no universo imagético, em “Vida e Morte da Imagem: uma história do olhar no Ocidente”, diz que o atual fetichismo da imagem tem ponto em comum com a longínqua era dos ídolos. Cada degrau de “pós-moderno” reativa um arcaísmo que surge diante de nós, quando o julgávamos atrás de nós, desaparecido como pré-moderno.

A ubiqüidade eletrônica reencanta o visível, suprimindo distâncias e demoras. O telecomando ou o mundo exterior obedece ao dedo e ao olho. Um zapper conectado é um feiticeiro feliz, porque finalmente eficaz: salta de

um continente para outro em um piscar de olhos. O imaterial vídeo reativa as virtudes do colosso arcaico, coloca-se automaticamente na posição de ídolo, e nós em posição de idólatras, tentados a adorá-lo. Após a noção de progresso retrógrado e a de mundialização balcanizante, devemos admitir a realidade de um outro paradoxo: a sociedade eletrônica como sociedade primitiva (DEBRAY, 1993, p. 296).

Ao pensarmos na sociedade mergulhada no universo imagético na perspectiva da educação, verificamos que o passado e o presente se encontram. Quanto a este aspecto, em termos de atualidade, concordamos com Maria Luiza Belloni (2012), ao reportar-se à importância da mídia-educação nos processos de formação de novas gerações, pois, os professores são mais exigidos, uma vez que um simples ato de preencher uma caderneta ou um diário de classe deve ser realizado em plataformas on-line ou sistemas computadorizados. Há dificuldades e desafios de desconstruir velhas práticas e lidar com as novas formas de ensinar, aprender e gerenciar os projetos e processos de educação formal ou não formal.

Esses pressupostos encontram contestação e os argumentos com que são contestados indicam que as imagens proliferaram e se apresentam de forma obrigatória. No entanto, observamos que as imagens não reclamam exclusividade e ainda imprimem ainda muito textos escritos. Na era do *e-book*, que é a abreviatura do termo inglês *eletronic book*, circulam e convivem formas de acesso como, por exemplo, os sons gravados através do rádio e a ênfase na palavra oralizada.

As tiragens diárias dos principais jornais do mundo convivem com suas formas digitais de acessos. As revistas semanais e mensais continuam sem suas produções diversificando com publicações em papel e em edições digitais. O computador, por sua vez, grande aliado da humanidade, incrementou as formas de ler e escrever, o que revela que a palavra escrita nunca esteve tão presente como na atualidade sem negar as formas de acesso e divulgação desta no momento da era da mídia digital.

Num contraponto ao fascínio e preferência unânime pela imagem, uma contribuição muito interessante nos traz fatos históricos sobre o comportamento da humanidade diante das imagens. Assim, Arlindo Machado (2001), no livro “O Quarto Iconoclasmo”, afirma que de tempos em tempos, a humanidade retorna ao surto do iconoclasmo (do grego *eikon*, imagem + *klasmos*, ação de quebrar), revelado sob a

forma de horror às imagens, denúncia de sua ação danosa sobre os homens e destruição pública de todas as suas manifestações materiais. Os iconoclastos citados pelo autor são em número de quatro.

O primeiro ciclo iconoclástico surgiu na cultura judaico-cristã, islâmica e na tradição filosófica grega; o segundo iconoclasto ocorreu durante o Império Bizantino, entre os séculos VIII e IX; o terceiro iconoclasto ocorreu no século XVI, na Idade Moderna, com a Reforma protestante; neste último iconoclasto, o principal pressuposto vem como consequência da propalada “civilização da imagem” onde as imagens teriam se transformado na principal forma de difusão de mensagens (MACHADO, 2001).

No primeiro ciclo iconoclástico, a interdição de imagens é um dos dogmas da tradição judaico-cristã, tal como registrado nos textos do Velho Testamento. Em Êxodo, 20:3-4, diz que “*Não farás para ti imagem esculpida, nem figura alguma nem do que há em cima do céu, nem debaixo da terra. Não te encurvarás diante delas, nem as servirás*”. A mesma proibição retorna no livro de Levítico e no de Deuteronômio. O interdito bíblico ainda é observado atualmente pelas correntes mais ortodoxas e fundamentalistas do cristianismo protestante e do judaísmo. O islamismo, também aboliu as imagens em quase todos os momentos de sua história. Na Grécia antiga, as imagens não foram proibidas, mas o iconoclasto tomou corpo no plano intelectual, sobretudo na filosofia. Para Platão o artista plástico era uma espécie de impostor e a imagem não teria a realidade das coisas, seria uma imitação de superfície e uma mera ilusão de ótica, que fascina apenas as crianças e os tolos e os destituídos da razão (MACHADO, 2001).

No segundo iconoclasto que ocorreu durante o Império Bizantino, entre os séculos VIII e IX, quando a produção, a disseminação e o culto das imagens foram proibidos, ao mesmo tempo em que os adeptos da iconofilia e da iconolatria perseguidos e executados, o iconoclasto foi proclamado doutrina oficial, em 730, e aplicado por seus sucessores: Constantino V, Constantino VI e Leão V. A doutrina destruiu o lado oriental do antigo Império Romano, durante mais de um século provocou uma sangrenta guerra civil, que só terminaria em 843, com a restauração do culto aos ícones na catedral de Santa Sofia, em Constantinopla, atual Istambul. (MACHADO, 2001).

No terceiro iconoclasmo que ocorreu no século XVI, na Idade Moderna, com a Reforma protestante, Calvino e Lutero pregaram contra as imagens e um retorno às Sagradas Escrituras. As igrejas protestantes não só proíbem a presença de imagens em seus templos como na casa dos seguidores. Acusam os católicos e os ortodoxos de idólatras por prestarem culto às imagens e às esculturas. Atualmente, no entanto grande parte das denominações fazem uso da chamada igreja eletrônica para fins de divulgação da fé. (MACHADO, 2001).

No quarto iconoclasmo, visto como novo iconoclasmo, o principal pressuposto vem como consequência da propalada “civilização da imagem” onde as imagens teriam se transformado na principal forma de difusão de mensagens.

Os novos iconoclastas apregoam que as imagens, a partir do século XX, começaram a se multiplicar em progressão geométrica: elas estão presentes em todos os lugares, invadem nossa vida cotidiana, inclusive a mais íntima, influenciam nossas práxis com sua pregnância ideológica, subtraem a civilização da escrita, erradicam o gosto pela leitura e anunciam um novo analfabetismo e a morte da palavra (MACHADO, 2001, p. 16).

Nos sistemas educativos as imagens devem, obrigatoriamente, participar sob a condição de termos um modelo educativo anacrônico em relação ao que se vive no contexto mais amplo da sociedade. Não há contraindicação nas formas construtivistas de ensino que se utilizam das ferramentas da cultura digital para facilitar os processos de ensino, aprendizagem e gestão educacionais. Reafirmamos então que há convivência de formas convencionais de ensino, aprendizagem, aquisição de conhecimentos com formas de mídias digitais com ferramentas associadas a metodologias e técnicas didáticas contemporâneas.

As imagens e as mídias digitais e processos eletrônicos proliferaram, mas por outro lado, na atualidade, correlato a isso as outras formas de divulgação não estão interdidas. O desafio é tornar mais democrático o acesso aos equipamentos que abrigam as novas tecnologias da comunicação e da informação que precisam ser disponibilizadas e compreendidas como fontes universais de aquisição de serviços, direitos e conhecimentos.

A questão que se apresenta é a luta por uma sociedade com mais oportunidade democrática de acessos a formas de informação e comunicação com o mundo. Associando a esta reivindicação relembramos que no que indica Machado (2001), ao referir-se ao quarto iconoclasmo, vem à contestação de que o papel

efetivo da mídia sobre a sociedade é resultado de um complexo entendimento de sentido entre os signos contidos nas mensagens culturais, produzidas por esses meios, e as realidades de que eles tratam ou que criam e, mais ainda, do entendimento entre os intérpretes que se interpõem entre tais signos e a realidade, pois, as instâncias sociais que lhes dão sentido.

Verifica-se ainda que os segmentos socialmente desprovidos de bens materiais ainda vêm de um histórico de exclusão no acesso às informações ou ao pleito de direitos, dentre elas podemos dar como exemplo o caso da educação a distância. Alguns direitos solicitados precisam de acessos às plataformas eletrônicas e muitas vezes ao simples sistema bancário ou a caixa eletrônica. Existe um grande número de pessoas que são analfabetas que encontram nos acessos eletrônicos muitas dificuldades o que as tornam vulneráveis a pessoas inescrupulosas que tirem proveitos destas dificuldades de acesso.

Configura-se na contemporaneidade que praticamente todas as pessoas precisam acessar o mundo eletrônico e que ao serem introduzidas a este mundo precisam fazer uso de bens e serviços, inclusive de redes sociais. Em Oliveira (2015) encontramos que as pessoas se encontram nas redes não somente para comunicação interpessoal, mas esses espaços estão cada vez mais identificados como capazes de viabilizar encontros sociais para reivindicações sociais de sujeitos coletivos do que o autor denominou de inteligências conectadas.

Nos contextos das mídias digitais e ou eletrônicas os cidadãos podem tomar conhecimento dos seus direitos, apropriar-se da sua cidadania e tornarem-se empoderados, promoverem o encontro do local com o global saindo desta forma da invisibilidade e passarem, quem sabe, a promover o desenvolvimento do seu território.

Pensa-se então no direito a comunicação e a informação como ferramentas de poder e de justiça social. Estes elementos podem estar contidos nos processos para alcançar o desenvolvimento local dos contextos populares, em especial dos povos e comunidades tradicionais, cabendo à discussão das normas e dispositivos legais que possam corroborar esse processo.

Em se tratando de comunidades tradicionais e sua inclusão digital, Canclini (1997), em *Culturas Híbridas*, aponta que a heterogeneidade da América Latina

como uma complexa convivência do tradicional e do moderno e da existência de países onde coexistem diferentes lógicas de desenvolvimento. Acrescenta ainda que o global não esteja substituindo o local, assim como o atual modo neoliberal de globalização não é o único possível. Canclini (1997, p. 206) propõe uma luta pela reforma do Estado que assegure iguais possibilidades de acesso aos bens da globalização.

Se a cultura popular se moderniza, como de fato ocorre, isso é para os grupos hegemônicos uma confirmação de que seu tradicionalismo não tem saída; para os defensores das causas populares torna-se outra evidência da forma como a dominação os impede de ser eles mesmos.

Todas as atividades direcionadas para estes grupos deveriam respeitar o *ethos* de cada agrupamento sem, no entanto, negar o direito a outros conhecimentos sobre outros contextos geográficos e sociais. O que povoaria o imaginário de todos é que existe uma diversidade e que outros mundos são possíveis e podem ser melhores. No mesmo sentido, a educação não formal que ocorre em processos de apoio ao desenvolvimento de contextos socialmente desfavorecidos, como é o caso dos agricultores familiares à comunicação exercida pela assistência técnica e extensão rural, utiliza-se de metodologia participativas para mostrar outras realidades aos agricultores assistidos. Neste caso, podem ser usadas imagens de outros contextos muitas vezes acessados pela internet ou a utilização da técnica de agricultor difusor. As ferramentas da mídia digital convivem com formas tradicionais de ser e de estar no mundo em contextos de comunidades tradicionais. As imagens estão em todos os contextos viabilizando a comunicação e o diálogo.

Segundo Paulo Freire (1977) a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores, mediatizados pelo mundo que cada um vive e experiência na cultura do grupo a que pertence e assim buscam a significação dos significados. Como garantir o direito a comunicação destes grupos se os acessos à informação estão cada vez mais associados às tecnologias da informação e da comunicação pela mediação da mídia digital.

A educação está associada a processos sociais e de comunicação e por ter a natureza multidisciplinar, tem-se coligado cada vez mais à educação ao desenvolvimento quando se faz relação da qualidade da educação que é garantido

aos cidadãos e cidadãs de cada lugar. A grande questão tem sido elevar o nível da educação/conscientização e do acesso cada vez maior de mais pessoas a esta educação de qualidade e neste aspecto compreendemos que a disponibilidade de equipamentos promotores de acessos às mídias digitais são imprescindíveis.

O objetivo principal de todas as ações educativas é de que haja aprendizagem que seja útil para o contexto social numa sociedade da comunicação e mergulhada no universo imagético. O acesso aos meios de comunicação promove a conexão dos grupos e das pessoas para que na utilização destas formas de interação fortaleçam suas comunidades e grupos etnicamente ou culturalmente peculiares. Consideramos que um dos elementos a ser considerado para o fortalecimento das mais diversas comunidades de povos tradicionais é a capacidade de comunicar e terem acesso à comunicação.

As tecnologias da comunicação estão presentes em todos os setores da sociedade e neste caso como conduzir à conquista de acesso a comunicação de forma mais democrática? Destaca-se que apesar da formação das redes, há o desenvolvimento de vínculos informais resultantes de processos comunicacionais das parcerias e do inter-relacionamento entre elas, terminando em uma dinâmica social complexa que vem das negociações que brotam dentro das próprias redes.

O sistema formal de comunicação de uma organização – o conjunto de canais e meios de comunicação estabelecidos de forma consciente e deliberada – é suplementado, no decorrer de pouco tempo, por uma rede informal de comunicações igualmente importante, que se baseia nas relações sociais intra-organizativas e é uma forma mais rápida de atender a demandas mais urgentes e instáveis. (KUNCH, 1986, p. 32-33).

Constata-se que a dinâmica do meio urbano é mais explícita quando se trata de redes sociais. Para Jesus Martin-Barbeiro (apud MARQUES DE MELO, 1987), às complexas transformações do mundo do trabalho, impostas por uma sensibilidade nacional, identificação da mídia e do progresso com os serviços públicos em relação à resistência popular é a maneira de como as classes populares assimilam as ofertas disponíveis e as reciclam para sobreviver física e culturalmente. É desta forma que os processos de comunicação latino-americanos e as classes populares se apropriam das ferramentas do hegemônico para se fazerem ouvir.

Essa aplicação se faz necessária, pois embora os direitos dos povos e comunidades tradicionais já estejam normatizados, verifica-se que só através das

organizações representativas, das organizações de apoio e toda a sociedade brasileira é que leis podem ser cumpridas. O direito a comunicação é um deles.

Hall (2003), em seu livro *A Identidade Cultural na pós-modernidade*, diz que quanto mais a vida social se torna mediada pela globalização, por meio de estilos, lugares, viagens, e principalmente pelas imagens da mídia por meio dos sistemas de comunicação universalmente interligados, mais as identidades perdem seus vínculos de origens. Desalojam-se de seus tempos, lugares, de sua história e tradição, perdendo sua identidade, sua biodiversidade.

A relação do tema cultura digital e culturas tradicionais vem no bojo de considerarmos que esses segmentos podem e devem utilizar as formas contemporâneas de divulgação de valores culturais e formas de existências. Tal acesso pode servir de conexão com o mundo exterior e também para uso dos sistemas eletrônicos como instrumento que pode ser utilizado para o fortalecimento das comunidades e segmentos que precisam se fortalecer em coletivos ou até mesmo em redes. Para o exercício de algumas formas de direito conforme indica Chauí (2008)

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela ideia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural. (CHAUÍ, 2008, p 66)

Os atuais desafios da inclusão virtual para possibilidade de fortalecimento em redes de conexões de interesse e visibilidade acompanha as lutas dos povos tradicionais que estão mais organizados e convivem em sistemas coletivo que viabiliza suas vidas e na perpetuação de suas identidades.

A perspectiva de integração é muito importante e neste aspecto, à luz de uma identidade cultural de um povo tradicional está a apropriação de uma ferramenta que surge e resurge com sua dinâmica própria e as vezes em dinâmica de mudança constante. As tecnologias da informação e a cultura digital são inconstantes por natureza. Canclini (1997) adverte para o fato de que existem tendências mundiais que imaginaram que a modernização acabaria com as formas de produção, as

crenças e os bens tradicionais. Os mitos seriam substituídos pelo conhecimento científico, o artesanato pela expansão da indústria, os livros pelos meios audiovisuais de comunicação.

Atualmente, portanto, existe uma versão mais complexa sobre a relação entre o tradicional e o moderno. O culto tradicional não é apagado pela industrialização dos bens simbólicos. Canclini (1997) diz que a modernização e as novas tecnologias podem diminuir o papel do culto e do popular tradicionais, no conjunto do mercado simbólico, mas não os suprime. Por isso, do lado popular vale preocupar-se menos com o que se extingue do que com o que se transforma, ou seja, com o que se reelabora ou se redimensiona.

Apesar de ainda carente do acesso aos direitos humanos, em especial ao de expressão, os povos tradicionais e entre eles os agricultores familiares podem e devem fazer valer o direito a comunicação e a informação como ferramentas importantes e que estão relacionadas aos processos para alcançar o desenvolvimento local. Neste sentido cabendo à assistência técnica e extensão rural, que se constitui em uma forma de apoio aos agricultores tradicionais, mas caracterizada como uma forma de educação não formal a apresentação e discussão das normas e dispositivos legais que possam corroborar com esse processo de direito aos acessos às mídias digitais para o favor de seu desenvolvimento.

As tecnologias da comunicação estão presentes em todos os setores da sociedade. Se nos primeiros tempos de pensarmos a relação da educação com a mídia vinha a ideia da mídia como escola paralela. No momento seguinte pensamos na mídia e na web na escola. Contemporaneamente admitimos que a mídia é a escola e desta forma o desafio aparece para formação de professores preparados para este momento.

Concordamos com Fantin e Rivoltella (2012) ao afirmarem que o uso das tecnologias está redefinindo as formas de produção e socialização do conhecimento e as relações das pessoas entre si e com o meio ambiente cultural um dos desafios da educação é a formação de professores. Mais adiante os autores indicam que:

Longe de imaginar que a escola ou o ensino formal pode seguir fazendo o que fez durante séculos sem maiores problemas, apenas revisando seus currículos e modificando seus dispositivos tecnológicos, o que parece estar em jogo é a própria ideia do papel da escola hoje e seus entrelaçamentos como outros campos e territórios. Nessas tessituras, os deslocamentos e as

tensões, que interrogam o sistema educativo e todos nós, revelam que a construção de redes de conhecimento e as interações entre as pessoas podem fazer a diferença. (FANTIN e RIVOLTELLA, 2012, p7).

O acesso democrático aos equipamentos da mídia digital poderia promover melhores condições de emancipação social e distribuição democrática de bens sociais como o conhecimento e em especial quanto aos grupos sociais com demandas sociais historicamente reprimidas neste sentido. Faz-se necessário que haja uma reinvenção na forma de emancipação social, quem sabe construída pelos que dela precisam. Para Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 14):

Estas transformações são ou parecem tão profundas, que é possível caracterizar o nosso tempo como um tempo de problemas modernos (as promessas por cumprir da modernidade ocidental) para os quais não há soluções modernas. Em meu entender é por isso que o que está em causa é a própria reinvenção da emancipação social.

Faz-se necessário que haja uma reinvenção na forma de emancipação social, quem sabe construída pelos que dela precisam.

Considerações

Constatamos que vivemos na civilização da informação e do conhecimento e as alterações ocorridas, a partir do uso frenético da mídia eletrônica ou digital, embora não estejam ainda em níveis apocalípticos, invadem o nosso cotidiano e a tendência, ao que parece, será o uso cada vez maior de textos eletrônicos (palavras, sons e imagens) guardados não mais em bibliotecas, mas em bases eletrônicas de dados, e disponíveis a qualquer momento em grandes redes comunicacionais (LIMA, 2002).

Na relação da educação com a comunicação a primeira referência é sobre os usos dos meios associados às novas tecnologias da comunicação e da informação para uso em sistemas educacionais. A educação referida tem a marca natural de ser uma ação intencional e que ocorre em vários mundos sociais e nas incontáveis formas de ensinar e de aprender e neste aspecto a cultura digital torna-se como forma de aquisição e difusão de conhecimentos. No entanto, mais particularmente, as análises foram postas na direção e na peculiaridade de acessos nem sempre universais de equipamentos e tecnologias para todas as pessoas que precisam

delas para ensinar, para aprender, para pesquisarem e para terem acessos a bens e serviços socialmente referenciados.

No âmbito da comunicação nos debruçamos na perspectiva do diálogo como condição indispensável para a contextualização de uma sociedade que persegue o ideal democrático e o diálogo pode ser mediado por meios digitais no acesso as redes e as plataformas.

Sem confundirmos comunicação com os meios e as tecnologias da informação utilizada nas práticas pedagógicas, nas publicações científicas associadas à educação científica e na sociedade, evidenciamos a importância das várias formas de apropriações e comprometimento no uso das tecnologias e das mídias digitais nos projetos educativos formais ou sociais, também evidenciados nas exigências de conexões *online* em plataforma ligadas aos computadores e a internet.

Tais acessos necessários para requerimentos ou usufruto de políticas públicas de caráter social e também outras formas e necessidades de comunicação mediada pela tecnologia, também servem para construir os contatos entre as pessoas que vivem na sociedade mergulhadas no universo digital e imagético. Assim, fica cada vez mais confirmada a imprescindibilidade do mundo virtual e das facilidades que oferece o ciberespaço.

Nesta sociedade tecnologizada há a exigência de um melhor preparo para a utilização delas. No âmbito da educação seja ela escolar universitária ou da educação popular o acesso aos benefícios do mundo digital exige muito mais competências de quem a utiliza e isso é evidente nas atividades dos professores.

O desafio maior é tornar democrático o acesso ao mundo das tecnologias midiáticas e quem sabe essa poderá ser uma das pautas dos segmentos menos favorecidos materialmente. Um bom exercício, quem sabe já que apostamos que a mídia digital é uma das formas de promoção e formação de sujeitos coletivos pode estar à associada à construção de redes de inteligências conectadas e exercício da cidadania.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: Contextos, histórias e interrogações. In FANTIN, Monica e RIVOTELLA, Pier Cezare (Org). **Cultura Digital e Escola: pesquisa e formação de professores**. São Paulo: Papyrus, 2012.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. En: **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, no. 1 (jun. 2008). Buenos Aires:, 2008.

DE JESUS, Paulo. Sobre Desenvolvimento Local e Sustentabilidade: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: PEDROSA, Ivo; MACIEL FILHO, Adalberto; ASSUNÇÃO, Luís Márcio (Org.) **Gestão de desenvolvimento local sustentável**. Recife: EDUPE, 2007.

DEBRAY, Régis. **Vida e Morte da Imagem: Uma história do olhar no ocidente**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANTIN, Monica e RIVOTELLA, Pier Cezare. Mídia-educação no currículo e na formação de professores. In: FANTIN, Monica; RIVOTELLA, Pier Cezare (Org). **Cultura Digital e Escola: pesquisa e formação de professores**. São Paulo: Papyrus, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. As Teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas pelo Debate Contemporâneo na Educação. In: LIBÂNEO, José Carlos e SANTOS, Akiko (org). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. São Paulo: Editora Alínea, 2009.

LIMA, Irenilda de Souza. **Mídia educativa**: o uso do vídeo no ensino técnico agrícola em Pernambuco. 2002, 202 p. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação), ECA – Universidade de São Paulo.

MACHADO, Arlindo. **O Quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges**. Rio de Janeiro: Rio Ambiciosos, 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Daniel Figueiredo. O Ciborgue e a Educação: reflexões a acerca das práticas ciborguianas. In: GONÇALVES, Catarina C; ANDRADE, Fernando B. (Org) **Estudos Culturais da Educação: Questões Abertas**. Curitiba: CRV, 2015.

SABBATINI, Marcelo. **Publicações Eletrônicas na Internet**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIANNA, Deise Miranda; ARAÚJO, Renato Santos. Buscando elementos na internet para uma nova proposta pedagógica. In: CARVALHO, A. M. P (org). **Ensino de Ciências. Unindo pesquisa e ensino** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004